

fox sarney

## País surrealista, sem lideranças

20 JAN 1987

Quem quiser acompanhar de perto as semelhanças (que talvez não constituam mera coincidência), entre o Chile de Allende e o Brasil de Sarney, leia com atenção o texto que se estampou na edição deste jornal, anteontem, descrevendo como operaram as medidas de reforma da economia postas em prática no país andino, sob a administração do presidente deposto em 1973. Para resumir, basta mencionar a conjugação de aumentos salariais com uma política inflexível de controle de preços, o congelamento da taxa cambial, o tabelamento irrealista das taxas de juro, estabelecidas abaixo da inflação, e a política fiscal, formulada para onerar com impostos escorchantes as empresas e a classe média. Considerou-se estimulante a repercussão popular desse conjunto de providências. Não foi assim, aqui, também? Vencido porém aquele breve período, começaram a surgir os primeiros sinais do desastre. Lá, também como cá, as exportações caíram e as importações aumentaram, a despesa pública elevou-se brutalmente, pressionando a desvalorização do dinheiro, a base monetária expandiu-se a níveis insuportáveis. E sobreveio o colapso do abastecimento, com o que

se fortaleceu o mercado negro, que passou a absorver boa parte da produção. Tornou-se impossível combater a cobrança de ágios.

20 JAN 1987

Já vai longe o tempo em que Neker fazia saber ao rei da França: "Dai-me boa política e vos darei boas finanças". Agora sucede precisamente o contrário: se houver boas finanças, haverá boa política. E como no Brasil deste início de 1987 a economia vai mal, ninguém de bom senso acreditará no êxito de esforços desordenados que visem a assegurar pactos costurados para aproximar trabalhadores, empresários e governo; ou subestimar o poder das forças centrífugas que acometerão a sociedade, levando-a a um paroxismo de inconformidade com a ordem vigente. No Chile de 1973 o déficit público atingiu cerca de 25% do PIB; e a inflação, 508%. No Brasil, neste 1987, em janeiro, acionadas pela inflação, as taxas de juro para captação (e há mais altas, para concessão de créditos e de empréstimos) já romperam a barreira dos 430% ao ano. Em janeiro!

Ninguém que tenha um mínimo de espírito público deseja que se des-

dobrem aqui as etapas sombrias que marcaram a derrocada chilena, há quase quatorze anos. Resta saber se há tempo para evitar o pior e se há lideranças para conduzir o País a porto seguro! Pois o grande mal de que se ressent o Brasil é o vazio de lideranças, que o entrega ao comando de mediocridades cujas fraquezas saltam aos olhos do observador mais desatento. Na administração pública impera uma nova classe de tecnoburocratas que, tendo-se garantido uma soma apreciável de privilégios e vantagens, nenhuma importância reconhece à defesa do interesse coletivo. Essa nova classe se encontra enquistada na oligarquia que se aposou do aparelho burocrático e, seja qual for o governo que se constitua, o encilha e explora. No âmbito dos partidos, o quadro é desolador. O recente manifesto dos 22 governadores peemedebistas, eleitos antes de se baixar o Plano Cruzado II, dá bem a medida do vazio mencionado: palavroso, trivial, fátuo, preconceituoso, enxertado de lugares-comuns e frases feitas, exhibe à Nação a indigência de espírito, franciscana, de seus eminentes signatários.

Nem se diga que entre os empre-

sários se dissemina a consciência da crise e da gravidade que assume. A musa inspiradora do Plano Cruzado, capaz de verter lágrimas enternecedoras quando o governo decidiu decretá-lo, também aplaudiu as reformas econômicas perfilhadas por Salvador Allende. Ela é inimiga fígadal da iniciativa privada e adepta declarada das supostas soluções estatizantes advogadas pelo chamado pensamento de esquerda. No entanto, acaba de ser nomeada para uma assessoria de cúpula na Confederação Nacional das Indústrias. Só esse fato seria suficiente para permitir que se avalie a que ponto o surrealismo tem adeptos influentes no Brasil. Que tipo de colaboração poderá a nova assessora oferecer aos empresários que lhe estendem o tapete na CNI? Esta sim pode tirar algum proveito da designação estapafúrdia da vibrante economista. Pode, por exemplo, exhibir tal designação como prova de que os empresários, tachados por ela de reacionários, sabem remunerar — e bem — seus adversários. Quem sabe se, assim, merecerão ser considerados progressistas? Isso já seria alguma coisa, neste país em que rótulos e aparências estão valendo mais do que a realidade.